

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2015

Com o intuito de avaliar os trabalhos desenvolvidos pela Controladoria Geral do Estado – CGE, no exercício de 2015, apresentamos a seguir o relatório de Atividades realizadas por suas unidades administrativas ligadas à área de controle interno.

Cabe ressaltar que a atividade de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é desenvolvida pela Controladoria Geral, por meio da Superintendência de Gestão de Ações de Controle Interno - SUGACI, que conta com duas diretorias e doze gerências especializadas em áreas consideradas primordiais para a fiscalização interna, além de possuir vinte cargos de supervisor de análise e controle para atuar diretamente nos órgãos e entidades, na análise prévia de processos de despesas.

Para desenvolvimento das atividades, a CGE se utiliza das técnicas de controle interno definidas na Lei nº 2.735/2013, quais sejam: auditoria; inspeção; fiscalização; e avaliação de resultados, cujo desempenho de cada uma delas será evidenciado adiante.

Ressalta-se, ainda, que o presente relatório buscará evidenciar os resultados, de modo a demonstrar o cumprimento das finalidades do Controle Interno do Poder Executivo Estadual, estabelecidas no art. 2º da Lei nº 2.735/2013.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2015

As atividades desenvolvidas pela Superintendência de Gestão de Ações de Controle Interno, com vistas ao acompanhamento da gestão, foram estruturadas em vertentes que abrangeram ações relacionadas ao controle interno preventivo, acompanhamento das ações de governo e avaliação da regularidade dos procedimentos em curso, principalmente os iniciados em gestões anteriores.

As informações referentes às atividades e resultados apresentados no presente relatório foram baseadas em documentos elaborados pelos titulares das gerências, avaliados pelas respectivas Diretorias de Auditoria e Fiscalização - DAF e de Avaliação e Controle da Gestão Governamental - DCA e consolidadas pela SUGACI, conforme será demonstrado a seguir.



1.1 - Verificação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado

O cumprimento dessa finalidade é atribuição específica da **Gerência de Avaliação do PPA e do Desenvolvimento da Gestão Governamental – GEAP**, ligada à DCA, cujo desempenho demonstra o acompanhamento e avaliações periódicas dos resultados da execução do PPA, a verificação do cumprimento das metas físicas e financeiras previstas nas ações orçamentárias de 24 órgãos, 16 entidades e 22 fundos especiais, totalizando 62 unidades orçamentárias, referentes ao exercício de 2015.

Há que se destacar, também, que nesse período houve a avaliação das prestações de contas dos ordenadores de despesas, relativas ao exercício de 2014, cujo resultado evidenciou baixo índice eficiência na execução do PPA em 25 contas das 72 analisadas no mês de fevereiro.

A GEAP também contribuiu para a elaboração de parte das considerações finais do Relatório de Gestão das contas do Governador, de modo a demonstrar o desempenho da gestão governamental como um todo.

Destaca-se, ainda, outras atividades desenvolvidas pela GEAP, conforme segue abaixo:

Identificação dos responsáveis pelo setor de planejamento de cada órgão e entidade;

Acompanhamento da publicação da Portaria de designação dos responsáveis pelo PPA, conforme estabelecido na IN SEPLAN nº 002/2014;

Cadastro no sistema de acompanhamento do PPA dos responsáveis pelo setor de planejamento e os demais responsáveis que não possuíam senha de acesso;

Disponibilização via e-mail aos órgãos/entidades da Instrução normativa nº 002/2014 da Seplan, que dispõe sobre as atribuições dos servidores responsáveis pelo Plano Plurianual e IN CGE nº 02/2014, que dispõe acerca do Sistema informatizado de acompanhamento da Gestão Orçamentária-financeiro para conhecimento;

Realização de pesquisa nos sites dos órgãos/entidades para identificação das atividades desenvolvidas pelos mesmos;

Cotejamento das informações referentes aos órgãos e entidades lançadas no sistema de acompanhamento do PPA com os demais instrumentos de planejamento: revisão do PPA, QDD e LOA;





Elaboração de planilha individual por cada analista de acordo com os órgãos/entidades responsáveis, para conhecimento dos seus objetivos, indicadores, metas do objetivo, iniciativas e ações temáticas e de gestão;

Avaliação das informações apresentadas pelos técnicos dos órgãos/entidades no ano de 2015, quanto aos resultados da execução do PPA lançados no Sistema de acompanhamento;

Orientações via telefone e pessoalmente, aos setores de planejamento dos órgãos e entidades, quanto à avaliação da execução do PPA e o lançamento das informações no Sistema de Acompanhamento da CGE;

Reunião técnica para orientação aos servidores da SEDUC, ATR E CULTURA, quanto à utilização do sistema de acompanhamento do PPA e ao correto preenchimento das informações que Demonstrem os resultados alcançados.

1.2 Verificação da legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Inicialmente, essa finalidade foi alcançada com a análise dos processos de prestação de contas apresentados pelos ordenadores de despesas, com posterior envio ao Tribunal de Contas do Estado, tendo sido emitidos 72 Relatórios de Auditoria e, conseqüentemente, 72 Pareceres de Auditoria.

Como resultado das análises apresenta-se o quadro demonstrativo a seguir:

Resumo da Análise das Contas de 2014

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	JULGAMENTO	MOTIVO	QTD.
Órgãos = 1 Autarquias = 1 Fundos = 9	Regular	Correta execução dos recursos e ausência de impropriedades Não houve destinação de recursos orçamentários Ausência de execução orçamentária e prática de atos de gestão Recursos destinados à suplementação de outros órgãos, entidades e fundos	11





Órgãos = 23 Autarquias = 12 Fundações = 4 Fundos = 18	Regular com Ressalvas	Deixar dívida para o exercício seguinte sem disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros Baixo índice de eficiência na execução do PPA Fracionar despesas para fugir da licitação Cancelamento de restos sem justificativa Realização de despesa sem prévio empenho Alteração de contrato sem observar norma legal Pagamento de juros e multa por atraso Majorar contribuição patronal estabelecida em lei por meio de memorando Aplicação de recursos do Fundo fora da previsão legal Não apresentar todas as peças da prestação de contas Aumento do déficit financeiro em 65,99% com relação à receita operacional bruta	57
--	----------------------------------	---	-----------



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	JULGAMENTO	MOTIVO	QTD.
Órgãos = 2 SEDUC e SEFAZ Fundos = 2 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO TOCANTINS - FUNPREV	Irregular	Prática de atos que contrariaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Licitações e Contratos e o princípio da legalidade, e causarão prejuízos à Administração (FES) Descumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, tendo atingido apenas 23,94% (SEDUC) Descumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, quanto à responsabilidade na gestão fiscal, causando desequilíbrio nas contas públicas, uma vez ter deixado descobertos de recursos financeiros, contratos em execução, além de criar obrigação ao Tesouro de devolver R\$ 85.380.774,87 para as entidades e fundos, os recursos de arrecadação específica, utilizados de forma diversa ao permitido em lei (SEFAZ) Prática de atos que comprometeram e causaram prejuízo ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Tocantins; Aplicação de recursos previdenciários sem observar os limites permitidos (FUNPREV)	4

Na sequência, o cumprimento dessa finalidade se deu, também, com a avaliação das contas consolidadas do Governador, quando então foi elaborado o Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2014, para fins de envio, juntamente com os demonstrativos contábeis consolidados, ao Tribunal de Contas do Estado.





Essa atividade é de responsabilidade da **Gerência de Controle do Gasto Público e Consolidação das Contas - GCONT**, vinculada à DCA, que tem, além da função supra, o acompanhamento e análise, de forma consolidada, da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos com detalhamento das Unidades por natureza, função, programas e ações governamentais, cujos resultados são demonstrados por meio de relatórios que auxiliam na tomada das decisões da Gestão.

Nesse primeiro semestre, a GCONT elaborou a matriz de risco, com base na análise dos demonstrativos contábeis de todas as unidades orçamentárias, referentes ao exercício de 2014, bem como na programação orçamentário-financeira de 2015 e nas prioridades do governo estabelecidos nas ações prioritárias, contribuindo, assim, para indicar quais órgãos e entidades merecem uma maior atenção por parte da Controladoria Geral, o que servirá para direcionar o planejamento de ações a serem desenvolvidas no segundo semestre deste ano.

Síntese das Atividades Desenvolvidas pela GCONT

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QDE
➤ Relatório da posição resumida sobre da execução orçamentária com análises e demonstrativos dos índices e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal extraídos do SIAFEM e dos anexos da LRF, elaborados pela SEFAZ;	05
➤ Atividade de conferência (mensal e consolidado), dos lançamentos de Receitas e Despesas e validação dos mesmos, junto ao Portal de Transparência, (em auxílio à SEFAZ), por ocasião das mudanças contábeis para 2015;	01
➤ Visita à SEFAZ, setor de Processamento e Informática, com vistas a correção de dados inseridos no Portal de Transparência por aquele setor;	04
➤ Elaboração de Orientação Técnica e planilha referente os gastos com Pessoal do Poder Executivo Estadual, para as providências junto aos setores competentes nos bimestres de (janeiro-fevereiro) e (março-abril) de 2015;	04
➤ Elaboração do Relatório Gerencial bimestral das Contas Estaduais concernentes à acompanhamento do gasto público e dos limites legais constantes na LDO, Lei Complementar 101/2000 e na Constituição Federal; nos dois primeiros bimestres do	04
➤ Elaboração de Relatórios de Adiantamentos pendentes de prestação de contas até dezembro de 2014;	01
➤ Visita Técnica aos órgãos SEINFRA, SESA, SEFAZ e SEPLAN, para alinhamento das respostas apontadas nas recomendadas da Prestação de Contas do Governo pelo TCE, exercício 2012.	04
➤ Relatório dos saldos dos convênios concedidos até o encerramento do exercício de 2014;	01



➤ Auxílio nas Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesa sobre as contas de 2014;	05
➤ Apoio e orientações na elaboração da prestação de contas da CGE referente o exercício de 2014;	01
➤ Participação em curso para orientação sobre a implementação das mudanças contábeis para 2015;	01
➤ Participação de 02 servidores do setor em curso sobre as normas aplicadas ao RPPS, Investimentos para RPPS e enfoque Atuarial para RPPS nos dias 01, 02 e 03/06/2015;	01

Seguindo ainda essa finalidade, a Controladoria Geral realizou 08 auditorias e 03 fiscalizações, todas solicitadas pelos respectivos gestores das pastas, objetivando avaliar indícios de irregularidades, bem como a regularidade de procedimentos em andamento.

Como resultados dessa atividade foram emitidas 245 Solicitações de Ação Corretiva – SAC, decorrentes da análise dos processos indicados pelos órgãos e entidades auditados e fiscalizados, tendo sido, ainda, elaborados oito relatórios de auditoria, sendo todos devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, e quatro enviados ao Ministério Público Estadual, bem como três relatórios de fiscalização, devidamente encaminhados aos respectivos interessados, com indicações de medidas a serem adotadas.

Auditorias e Fiscalizações Realizadas

ÓRGÃO/ENTIDADE	DATA DA REALIZAÇÃO	QTD. DE PROCESSOS ANALISADOS	QTD. DE SAC's EMITIDAS
AUDITORIAS			
SECRETARIA DA SAÚDE	08/01 a 22/02/2015	98	88
BANCO DO EMPREENDEDOR	17/03 a 06/05/2015	96	5
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	21/01 a 06/03/2015	116	77
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	21/01 a 31/01/2015	102	-
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO TOCANTINS - DETRAN	21/01 a 05/02/2015	18	17
INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS - ITERTINS	17/03 a 08/05/2015	39	-





SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO E HABITAÇÃO	17/03 a 15/04/2015	8	-
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	14/01 a 23/01/2015	2	-
FISCALIZAÇÕES			
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DERTINS	17/03 a 16/05/2015	24	-
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO	28/05 a 26/06/2015	19	8
SECRETARIA DO ESPORTE LAZER E JUVENTUDE	20/03 a 17/04/2015	59	50
TOTAL		581	245

Em 2015, também foi grande a demanda de processos encaminhados pelos órgãos e entidades, alguns solicitando parecer sobre a regularidade dos procedimentos, e outros por força da Instrução Normativa CGE nº 001/2013.

Nesse período foram analisados, com as finalidades acima descritas, 553 processos, sendo 415, atendendo exigência contida na IN CGE Nº 001/2013, e os outros 138 por solicitação do órgão ou entidade, para os quais foram emitidos 553 Pareceres Técnicos, elaborados pela Gerência de Auditoria em Gestão Administrativa, Gerência de Auditoria em Educação, Gerência de Auditoria em Saúde, Gerência de Obras e Serviços Terceirizados e Gerência de Folha de Pagamento e de Pessoal, todas essas unidades vinculadas à DAF.

Ressalta-se que, devido ao reduzido número de pessoal e à grande demanda de processos, houve necessidade de envolver técnicos de outras gerências que não têm como atribuição a análise de processos para emissão de parecer técnico, bem como o próprio Diretor de Auditoria e Fiscalização.

Cabe destacar, ainda, que para garantir qualidade e confiabilidade dos pareceres técnicos emitidos, a análise processual é feita pelos técnicos das gerências, cuja minuta do parecer é elaborada juntamente com o gerente, sendo encaminhado em seguida para avaliação e cadastramento no sistema SGA pela Assessoria da Superintendência, para posterior aprovação do Diretor de Auditoria e Fiscalização e do Superintendente, e após, submetido à aprovação final do Secretário-Chefe.

A Assessoria da Superintendência é responsável, ainda, pela recepção de todos os processos, ao tempo em que avalia a solicitação do órgão e identifica qual gerência seria responsável pela análise, de acordo com a área de atuação.





Para complementar que para o cumprimento dessa finalidade, cabe destacar a atuação de mais três gerências com atividades específicas, como é a da Gerência de Orientação e Normas, vinculada à DCA, que, em 2015, atendeu a diversas consultas efetuadas por servidores e gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo, por meio de ofício, pessoalmente e via telefone, sobre casos concretos e matérias afeitas à área de Controle Interno.

Foram formalizadas seis consultas à CGE, abordando temas relativos à extinção de autarquias, obrigatoriedade de consulta ao CEIS e ao CNCLIA, procedimentos legais para uso de imóvel público pelo particular, pagamento de correções monetárias, juros e multas e alterações de contrato de publicidade e propaganda, e fracionamento de despesas, as quais foram publicadas no sítio da Controladoria Geral, no item Notas de Orientação Técnica de 2015.

Além das notas de orientação técnica, também houveram orientações formais efetivadas por meio de ofício, tratando a respeito de alteração contratual, relativa a alteração de quantitativo e prorrogação de prazo de vigência de contrato.

Outra unidade técnica que também contribui com a finalidade em comento é a Gerência de Folha de Pagamento e de Pessoal - GFOP, vinculada à DAF, que, no período avaliado, dedicou-se ao levantamento da legislação de pessoal e busca de acesso ao sistema da folha de pagamento e gestão de pessoal da Secretaria da Administração. Suas atividades podem ser descritas no quadro abaixo.

Síntese das Atividades Realizadas – GFOP

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Busca de acesso aos sistemas informatizados para fins de conhecimento e análise das informações de pessoal.	Permissão da SECAD para acesso aos dados funcionais e financeiros dos servidores do Poder Executivo, através do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – ERGON.
Levantamento, análise, conferência e revisão de todos os apontamentos resultantes de fiscalizações e auditorias anteriores relativas à folha de pagamento e gestão de pessoal.	Relatório contendo as divergências de informações, dados importantes ausentes nos cadastros dos servidores, pagamentos de indenizações por quebra de vínculos trabalhistas sem registros de históricos ou memórias de cálculos, de modo a permitir a correção de erros que gerem dano ao Erário.





Levantamento de toda legislação de pessoal no âmbito do Poder Executivo Estadual, totalizando 188 atos normativos, distribuídos em 18 quadros profissionais.	Acompanhamento e atualização de 188 atos normativos, distribuídos em 18 quadros profissionais.
Acompanhamento das informações orçamentárias e financeiras referentes às folhas de pagamento registradas na contabilidade de 01/01/2015 A 30/06/2015.	Acompanhamento das informações orçamentárias e financeiras referentes às folhas de pagamento registradas na contabilidade de 01/01/2015 A 30/06/2015.
50% concluídos do levantamento das progressões e evoluções funcionais estabelecidas nos planos de cargos e carreiras.	Levantamento das progressões e evoluções funcionais estabelecidas nos planos de cargos e carreiras por meio de 76 portarias de concessões de progressões e evoluções funcionais, distribuídas em 9 quadros profissionais.
Acompanhamento do envio de informações de pessoal por meio do <i>site</i> do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO.	Tempestividade no envio das informações.

Destaca-se, ainda, o trabalho da Gerência de Avaliação dos Sistemas Operacionais e Administrativos, que desenvolve especificamente a técnica de avaliação de resultados, tendo sido realizada por essa Gerência, uma auditoria operacional para avaliação do sistema de regularização fundiária operacionalizado pelo Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS, cujo resultado indicou ações imediatas para o melhoramento e aperfeiçoamento do procedimento adotado.

Com o intuito de otimizar os sistemas operacionais e administrativos, foram realizadas revisões de 21 *chec list's* de acompanhamento de processos, e da Cartilha de Avaliação de Sistemas administrativos referente à compras e licitação.

Além disso, por meio de consultas aos órgãos e *sites* institucionais foi possível identificar a competência, a missão e assimilação dos sistemas operacionais e subsistemas dos 39 órgãos e entidades da administração direta e indireta, informações que servirão de base para a atuação da Gerência a partir do segundo semestre deste ano.

Por fim, cabe ressaltar o trabalho realizado pela Gerência de Análise de Licitação e Contratos, que no primeiro semestre procurou adaptar o Sistema de Controle de Contratos, desenvolvido pela CGE, de modo a permitir o acompanhamento em tempo real da situação de cada contrato celebrado, já tendo sido testado o lançamento das informações e relatórios a serem produzidos, os quais passaram a ser disponibilizados a partir do segundo semestre.



1.3 Verificação da correta aplicação dos recursos entregues às entidades públicas e privadas

Essa finalidade fica a cargo da Gerência de Controle de Recursos Descentralizados – GCRED, vinculada à DCA, cujas atividades desenvolvidas em 2015, restringiram à identificação e catalogação de todos os convênios recebidos e concedidos, para fins de acompanhamento e controle da execução do objeto e aplicação dos recursos.

Nesse período, a Gerência, em conjunto com a Diretoria, procurou fazer adequações ao Sistema de Controle de Convênios, desenvolvido pela CGE, para fins de implementação e utilização por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo que trabalham com recursos de convênios ou realizam transferência de recursos.

Além dos convênios, essa Gerência também busca efetuar o controle dos recursos descentralizados a servidores, por meio de adiantamentos, cujo controle também deverá ser efetuado utilizando o Sistema de Acompanhamento dos Adiantamentos, desenvolvido pela CGE, que já sofreu algumas adequações, e está preparado para ser implementado a partir de agosto do corrente ano.

1.4 Controle das operações de crédito e as correspondentes garantias, bem como os direitos e as obrigações do Estado

O controle mencionado nessa finalidade é efetuado pela Gerência de Controle do Gasto Público e Consolidação das Contas, vinculada à DCA, cujas atividades desenvolvidas para garantir o alcance dessa finalidade, referem-se ao acompanhamento contábil das receitas e despesas junto ao SIAFEM, bem como dos limites de gastos e de endividamento do Estado, além de outras atividades já demonstradas neste relatório.

1.5 Apoio ao órgão estadual de controle externo no exercício de suas atribuições institucionais

Para cumprimento dessa finalidade, além das auditorias já realizadas e demonstradas anteriormente, a Controladoria Geral realizou 4 (quatro) tomadas de contas especiais, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como acompanhou e certificou outras 26 (vinte e seis) instauradas pelos órgãos e entidades





do Executivo Estadual, enviando em seguida ao Tribunal para julgamento, apurando um dano de R\$ 3.896.840,51, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tomadas de Contas Especiais Realizadas - GTCE

<i>ORGÃO RESPONSÁVEL</i>	<i>ORGÃO INSTAURADOR</i>	<i>INSTAURADAS</i>	<i>VALOR DO DANO</i>
DERTINS	CGE	3	R\$ 3.136.970,57
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Proprio Órgão	6	-
DETRAN	Proprio Órgão	8	-
ESPORTE	Proprio Órgão	1	-
HABITAÇÃO	Proprio Órgão	5	-
AGÊNCIA TOC. CIÊNCIA TECNOL. E INOVAÇÃO	Proprio Órgão	3	R\$ 120.000,00
SEDS	Proprio Órgão	1	-
SESAU	CGE	1	R\$ 639.869,94
SETAS	Proprio Órgão	2	-
TOTAL		30	R\$ 3.896.840,51

2. CONCLUSÃO

Diante das informações apresentadas, observa-se que houve bom desempenho de todas as unidades ligadas à área de controle interno, mesmo havendo escassez de pessoal e ausência de capacitação, tanto dos novos técnicos que ingressaram na Controladoria, quanto dos que já estavam, mas que passaram a atuar em áreas ainda não experienciadas.

Por fim, é importante destacar o trabalho dos assessores da Superintendência, responsáveis pela parte de desenvolvimento de sistemas que realizaram a atualização do Sistema de Acompanhamento do PPA e do Orçamento, adequação do Sistema de Acompanhamento de Convênios, adequação do Sistema de Controle de Adiantamentos, adequação do Sistema de Controle Contratos, além da manutenção do Sistema de Ouvidoria, inclusive com capacitação de servidores dos órgãos e entidades que passaram a utilizar o sistema, e o desenvolvimento do Sistema de Informações e Gestão de Atividades, específico para o setor de controle interno.





Controladoria Geral do Estado



Há que se falar também, da atuação desses desenvolvedores na adequação do sistema do Portal da Transparência, junto com os técnicos da Secretaria da Fazenda, que permitiram acelerar os trabalhos de adequação dos relatórios aos demonstrativos da nova contabilidade pública.

Palmas, aos 10 dias do mês de janeiro de 2016.

